



O perfil dos bispos em Santa Catarina (1908-2023): Origens sociais e trajetórias eclesiais

The profile of Santa Catarina's bishops (1908-2023): Social origins and ecclesiastical trajectories

*Carlos Eduardo Sell**

UFSC

Recebido em: 01/02/2024. Aceito em: 01/03/2024.

Resumo: O artigo investiga as origens sociais e as carreiras eclesiais dos bispos em Santa Catarina. A pesquisa abrange todos os prelados que já atuaram ou ainda estão no exercício de seu ministério desde a criação da primeira diocese nesse estado (em 1908). Na primeira parte realiza-se uma revisão sistemática dos estudos existentes sobre o episcopado brasileiro e catarinense nas disciplinas da História e da Sociologia. A seguir apresenta-se uma contextualização do perfil desse episcopado nos ciclos históricos de (1) institucionalização, (2) modernização e (3) reestabilização eclesial da Igreja Católica em Santa Catarina. Na terceira parte analisam-se os dados referentes às origens sociais e às carreiras eclesiais dos bispos do estado. Conclui-se que embora a elite do clero em Santa Catarina continue a ser recrutada entre os estratos mais populares da região Sul, seu perfil eclesial foi sendo transformado pelos ciclos históricos vividos pela Igreja Católica no Brasil.

Palavras-chave: Igreja Católica; bispos; história da Igreja em Santa Catarina.

Abstract: The article investigates the social origins and ecclesiastical careers of bishops in Santa Catarina. The research includes all prelates who have served or are still exercising their ministry since the creation of the first diocese in this State (in 1908). In the first part, a systematic review of existing studies on the Brazilian and Santa Catarina episcopate in the disciplines of History and Sociology is carried out. The following presents a contextualization of the profile of this

* Doutor em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2004). Mestre em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1997). Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: carlos.sell@ufsc.br.





episcopate in the historical cycles of (1) Institutionalization, (2) Modernization and (3) Ecclesial re-stabilization of the Catholic Church in Santa Catarina. The third part analyzes data relating to the social origins and ecclesiastical careers of the State's bishops. It is concluded that although the elite clergy in Santa Catarina continue to be recruited among the most popular strata in the South region, their ecclesiastical profile has been transformed by the historical cycles experienced by the Catholic Church in Brazil.

Keywords: *Catholic Church; Bishops; History of the Church in Santa Catarina.*

1 Introdução

Foi apenas em 1908, ainda no bojo do processo de reorganização institucional da Igreja Católica frente à proclamação da República (1889), que Santa Catarina obteve a fundação de um bispado sediado em seu território¹. Em 1927 a sé episcopal de Florianópolis foi elevada à categoria de Arquidiocese e conta hoje com nove dioceses sufragâneas. Desde a fundação desse primeiro bispado, Santa Catarina já teve um total de 48 bispos que, em diferentes períodos, atuaram nas circunscrições eclesiológicas existentes em seu território.

Seguindo as investigações desenvolvidas atualmente no campo da Sociologia, a proposta deste artigo é apresentar um levantamento descritivo sobre algumas características sociais da elite eclesiológica das dioceses catarinenses ao longo de sua história². Para realizar este estudo o texto está organizado da seguinte forma. Os tópicos iniciais possuem um caráter preliminar. O primeiro realiza uma caracterização das principais abordagens epistemológicas empregadas na pesquisa sobre os episcopados nacional e catarinense. A segunda seção propõe um quadro histórico para entender o perfil e a atuação dos bispos que atuaram em Santa Catarina no contexto dos ciclos do catolicismo nesse estado. Esses dois elementos servirão como base para que, na terceira parte, possamos realizar a investigação das bases socioculturais e das trajetórias eclesiológicas dessa parcela do episcopado brasileiro. A meta consiste em levantar elementos para compreender os processos de continuidade e de ruptura na composição social e nas carreiras eclesiológicas dos bispos que exerceram ou ainda exercem seu ministério em Santa Catarina.

¹ Esse processo é bem descrito em Besen (1990; 2007).

² Portanto, o universo pesquisado não são bispos nascidos em Santa Catarina ("catarinenses"), mas, sim, os bispos que, independentemente de seu local de nascimento, atuaram ou ainda exercem seu ministério no estado. É nesse sentido que se emprega aqui a expressão "episcopado catarinense".



2 Abordagens teóricas: História e Sociologia

No Brasil, o estudo dos bispos nas Ciências Humanas é realizado principalmente nos campos disciplinares da *História* e da *Sociologia*. Na área da *História* podemos encontrar, por sua vez, diferentes modelos de pesquisa. O primeiro modelo, bastante comum, ocupa-se, de maneira idiográfica³, com o estudo de personalidades episcopais específicas que tiveram algum impacto na história geral ou eclesial do Brasil⁴, ou mesmo pesquisas que concentram seus estudos na atuação dos bispos em contexto mais específicos, muito em particular nas dioceses em que atuaram⁵. Para além dessa perspectiva singularizante, também existem estudos que buscam analisar o conjunto dos bispos como uma categoria social que precisa ser examinada como um “corpo” e cujas características modificam-se ao longo do tempo⁶.

No caso de Santa Catarina, já existe relativa literatura acumulada enfocando o perfil e o papel de bispos que foram importantes na história do estado. Todavia, embora essa produção esteja bastante concentrada no estudo de figuras como d. Joaquim Domingues de Oliveira (Colombi, 2014; D’Ávila, 2014; Martendal, 2014; Oliveira, 2014; Vicente, 2014), d. Afonso Niehues (Vicente, 1990; Vieira, 1993; Napolini, 2008; Batista, 2014; Della Giustina, 2014; Feller, 2014; Goedert, 2014; Krieger, 2014; Martendal, 2014; Pereira, 2014; Tiengo Pontes, 2018) e d. José Gomes⁷, deixando em segundo plano bispos que atuaram em outras regiões do estado, também podemos encontrar importantes estudos sobre os bispos catarinenses enquanto categoria social em pesquisas que

³ A diferença entre os métodos idiográficos (ênfase no particular) e nomotéticos (ênfase no geral) é discutida em Weber (1994).

⁴ A produção bibliográfica desse tipo é imensa e não seria possível oferecer aqui um levantamento de monografias que analisaram algum dos bispos que atuaram no Brasil. Uma sistematização nominal completa dos bispos no Brasil pode ser encontrada em Altemeyer Jr. (2018).

⁵ Ilustrativos dessas abordagens são os estudos dedicados a d. Hélder Câmara, como Piletti e Praxedes (1997) e Barros (2011). Da mesma forma podemos citar as pesquisas sobre o cardeal d. Paulo Evaristo Arns: Rodrigues (2008) e Passos (2022). Referência no estudo dos bispos conservadores é o trabalho de Coppe (2011).

⁶ Exemplos de trabalhos que procuram entender o episcopado como conjunto são Rubert (1969), Azzi (1978), Neves (1999), Aiva (2006), Lanza (2006), Câmara (2009), Aquino (2012), Costa (2013), Silva Gomes (2018) e Ferreira (2022).

⁷ A produção sobre o perfil e a atuação política desse bispo é significativa: Uczaí (2002), Brighenti e Nötzold (2009), Gomes (2013), Lovera (2013), Silva (2017), Oliveira Gomes (2021) e Silva (2022).



abordam a história de Santa Catarina em geral⁸, ou mesmo a história da Igreja Católica nesse estado (na perspectiva da História Eclesial)⁹. Mais recentemente, a produção historiográfica tem priorizado a atuação política do episcopado catarinense, focando especialmente sua relação com as elites políticas do estado (História Política)¹⁰. Existem igualmente contribuições relevantes oriundas do campo da História Cultural que investigam temas como a relação entre os catolicismos popular e romanizado (entre eles: Alves, 1999; Dallabrida, 1993; Aquino, 2013), a influência da Igreja Católica no sistema educacional catarinense¹¹ ou mesmo a relação entre catolicismo e processos de nacionalização étnica¹². Embora nesses trabalhos a ação dos bispos não seja o foco primário da pesquisa, sua atuação acaba sendo bastante contemplada, razão pela qual também são importantes para o entendimento do seu perfil.

A segunda perspectiva disciplinar pode ser localizada no campo da *Sociologia* e visa a caracterizar os padrões sociais e culturais, bem como as trajetórias eclesiais do episcopado nacional. Essa abordagem tem como um de seus marcos principais os estudos de Sérgio Miceli (1984; 1988) que, a partir da Sociologia de Pierre Bourdieu (Bourdieu; Saint Martin, 1982)¹³ discute como, no período de transição do padroado para a República, ocorreu o processo expansão organizacional e de “estadualização” do poder eclesial. Esses estudos são pioneiros na caracterização das origens sociais do episcopado desse período. Para o autor, os estratos sociais nos quais são recrutados os bispos dessa época são a aristocracia imperial, os ramos empobrecidos do patriarcado rural e os chamados filhos da Igreja (presbíteros de origem humilde).

Dando sequência a essa linha de pesquisa, os estudos subsequentes perguntaram-se em que medida tais características foram sendo alteradas

⁸ Os trabalhos mais tradicionais são Cabral (1967) e Piazza (1977).

⁹ Por enquanto, os trabalhos mais abrangentes foram realizados por Besen (2014).

¹⁰ São vários os trabalhos sobre esse tema: Serpa (1993; 1997), Besen (1995), Souza (1996), Caspary (2002), Souza e Otto (2008) e Bianchezzi (2012).

¹¹ Sobre as relações entre educação e igreja católica em Santa Catarina podem ser consultados com proveito Alves (1988), Heerd (1992), Dallabrida (2001; 2005) e Nascimento (2012).

¹² Uma ampla revisão bibliográfica e um sólido estudo empírico sobre esses conflitos culturais podem ser encontrados em Alves (2005), Otto (2005), Bianchezzi (2008) e Souza e Otto (2008).

¹³ Dentre os estudos que retomam a perspectiva de Bourdieu cabe citar ainda Grémion e Levillain (1986) e Vassort-Rousset (1986).



com o passar do tempo¹⁴. Ademais, avançaram no estudo das carreiras eclesiais e na compreensão dos mecanismos envolvidos na ascensão dos clérigos católicos ao episcopado. Nessa direção, Seidl (2009) observou que ao longo da segunda metade do século XX o padrão de nomeações episcopais sofre importantes modificações. Por ser menos atrativa para elites, sem contar o alto número de bispos nascidos no exterior, a Igreja Católica passou a ser composta majoritariamente por indivíduos de estratos de baixa renda ou das classes médias, oriundas de famílias extensas, de forte religiosidade, normalmente de origens alemã e italiana; além disso, os pais desse clero tiveram baixa escolarização, foram poucos os que concluíram o Ensino Médio e ainda mais raros foram os que chegaram ao Ensino Superior. Como conclui o autor, “é provável que nenhum outro grupo dirigente seja recrutado em meios sociais tão modestos” (Seidl, 2009, p. 46). Quanto aos mecanismos de escolha desses bispos, Seidl destaca como elementos centrais “a valorização de um perfil religioso romanizado, incluindo circulação pelo exterior e o acúmulo de competências culturais e de gestão” (Seidl, 2009, p. 59).

Apesar de sua importância e das contribuições que pode trazer à compreensão do episcopado como categoria social, o emprego do enfoque sociológico no estudo dos bispos de Santa Catarina ainda é uma tarefa que não foi realizada. Tendo em vista essa lacuna, o presente estudo busca dar uma contribuição inicial e preliminar para a investigação sociológica dos bispos que atuaram e atuam nas dioceses de Santa Catarina.

3 O episcopado em Santa Catarina no contexto dos ciclos históricos da Igreja Católica no estado

Uma análise do perfil global dos bispos que atuaram no território catarinense requer que se leve minimamente em conta os diferentes momentos históricos em que eles exerceram o seu ministério. Ocorre que realizar essa tarefa de contextualização esbarra com a dificuldade de que não possuímos trabalhos que discutam ampla e globalmente a evolução da Igreja Católica em Santa Catarina enquanto instituição até a atualidade¹⁵. Na falta de pesquisas que abarquem o período mais

¹⁴ É o caso dos estudos de Neris (2013; 2014).

¹⁵ O trabalho de Hécio Ribeiro (1988), que propõe uma periodização em “três tempos”, apesar de rica em informações, possui uma finalidade muito mais teológica do que propriamente analítico-descritiva. Além disso, só contempla a história até 1988.



recente, temos que nos aventurar por um caminho inexplorado e propor uma periodização geral que, tomando o Concílio Vaticano II (1962-1965) como marco fundamental, ajude-nos a identificar, em consonância com os processos que afetaram o catolicismo no Brasil, os principais ciclos históricos-*institucionais*¹⁶ da Igreja Católica no solo catarinense. É o que esboçaremos doravante.

3.1 Ciclo da institucionalização eclesial (1908-1965)

O primeiro desses períodos¹⁷ inicia-se com o breve episcopado do primeiro bispo de Santa Catarina: d. João Becker (1908-1914)¹⁸. Depois dele vem o longo período em que d. Joaquim Domingues de Oliveira esteve à frente da diocese e depois arquidiocese de Florianópolis (1914-1965). Na fase inicial, a ação dos bispos foi voltada para a montagem da estrutura eclesial necessária para o funcionamento de uma diocese, como a ereção de paróquias, criação de um seminário¹⁹, instalação de ordens religiosas (masculinas e femininas), bem como a elaboração de diretrizes pastorais (cartas, sínodos etc.), entre outras tarefas. Eles também precisaram acompanhar pastoralmente a imigração europeia, o que envolveu um processo de acomodação da religiosidade popular diante do catolicismo romanizado trazido pelos padres e religiosos europeus, além de desencadear conflitos entre o clero de origem nacional e o clero de origem alemã²⁰. Em termos políticos, a oposição institucional entre igreja e Estado do início da República foi cedendo paulatinamente lugar a uma aproximação entre episcopado e as oligarquias estaduais²¹. Ademais, por ser um período atravessado por duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), a Igreja Católica em Santa Catarina viu-se confrontada

¹⁶ Tendo em vista essa opção metodológica, não se trata de realizar uma periodização histórica que trata do catolicismo, com todos os seus aspectos, em sentido amplo, mas apenas da evolução da institucionalidade eclesial (com ênfase nos bispos), em sentido bastante específico.

¹⁷ Tendo em vista a finalidade deste estudo, não será contemplada a fase anterior à instalação da diocese de Florianópolis; entretanto, ela constitui um ciclo próprio, que podemos chamar de “primórdios da evangelização em Santa Catarina”. Sobre esse período ainda permanece como referência a obra de Piazza (1977).

¹⁸ A atuação desse bispo no contexto da chamada “restauração católica” é analisada por A. Rambo (2002).

¹⁹ Fundado em 11 de fevereiro de 1927 na cidade de Brusque. Sobre essa instituição pode-se consultar Besen (2002) e Souza (2005).

²⁰ Boas indicações desse período encontram-se em Correia (1988).

²¹ Esse tema é aprofundado nas seguintes obras: Besen (1995) e Serpa (1997).



com seus reflexos nos processos de nacionalização das comunidades de imigrantes (italiana e germânica), o que também levou a conflitos políticos e intraeclesiais (Alves, 2005).

Constituiu uma continuidade desse processo de institucionalização da estrutura eclesial a elevação de Florianópolis ao posto de arquidiocese (em 1927) e a concomitante criação das dioceses de Joinville²² e Lages. Em termos sociológicos vale dizer: se o primeiro momento do processo de institucionalização foi a da *gênese*, agora já estamos diante da institucionalização entendida como *consolidação* do aparato eclesial. Para tanto, os dois primeiros prelados nomeados para as novas sedes episcopais foram, respectivamente, dois padres de ordens religiosas: d. Daniel Henrique Hostin (1929-1973)²³, da Ordem dos Frades Menores (OFM – franciscanos), e d. Pio de Freitas Silveira (1929-1954), da Congregação da Missão.

A criação das dioceses de Tubarão (em 1954)²⁴ e Chapecó (em 1958) (Heiner, 1994; Diel, 1996) representa um novo esforço de *expansão* da ocupação territorial da igreja católica para a região Meso-Sul e, especialmente, para o Oeste de Santa Catarina²⁵. Para elas foram nomeados, respectivamente, o franciscano d. Anselmo Pietrulla (1955-1981) e d. José Thurler (1959-1962). Mas é importante acrescentar que agora já estamos nas etapas finais desse primeiro ciclo de institucionalização do aparelho eclesial em terras catarinenses. Nessa etapa final, em particular na década de 1950, a igreja católica no Brasil já prenuncia, especialmente com a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (em 1952)²⁶, um processo de modernização de suas estruturas e de suas formas de atuação. É justamente nesse período final do primeiro ciclo eclesial em Santa Catarina que d. Gregório Warmeling assumiu em 1957 a diocese de Joinville, enquanto em Lages, em 1959, d. Afonso Niehues assumiu a condição de bispo coadjutor (Silva, 2008). O bispo auxiliar de Joinville, d. Inácio João Dal Monte, da ordem dos capuchinhos, ficou apenas três anos na região Norte do estado (1949-1952), mesma situação do arcebispo coadjutor de Florianópolis (d. Felício César da Cunha Vasconcelos), que ficou na capital entre 1957 e 1965.

²² Esse processo foi bem analisado por Francisco (2007).

²³ O perfil desse bispo é analisado em Rodrigues (2020).

²⁴ Esse processo é analisado em Soratto (2002).

²⁵ Esse processo de ocupação territorial é bem analisado por Cardoso (2007, p. 18-31). Sobre a igreja no Oeste de Santa Catarina, veja-se Tedesco e Diel (2007).

²⁶ Uma exposição histórica bastante detalhada dessa iniciativa encontra-se em Queiroga (1977).



3.2 Ciclo da modernização: o *aggiornamento* conciliar e a ascensão da teologia da libertação (1965-1992)

Com a realização e o término do Concílio Vaticano II (1962-1965) começa uma nova etapa para as dioceses e os bispos catarinenses. Conforme documenta José Oscar Beozzo (2005), dos oito bispos catarinenses à época, cinco participaram de todas as sessões conciliares²⁷; juntamente com os que foram nomeados logo depois, eles receberam a tarefa de realizar a adaptação aos novos tempos (*aggiornamento*) da igreja em Santa Catarina²⁸.

O momento que simboliza o início desse novo ciclo é a transferência de d. Afonso Niehues para Florianópolis (em 1962), bem como sua elevação ao posto de arcebispo coadjutor e administrador apostólico (no ano de 1965). Esse mesmo processo de adaptação teve que ser realizado por bispos que ocuparam seus cargos ainda antes do Concílio, como o bispo de Tubarão, d. Anselmo Pietrulla (1955-1981), e d. Gregório Warmeling (1957-1980), de Joinville. Outros tornaram-se preladados durante a assembleia conciliar (caso de d. Wilson Laus Schmidt, 1962-1968, em Chapecó) ou logo após a realização do Concílio (como d. Honorato Piazero (1966-1973), em Lages (Pereira, 2016)). Com esse mesmo desafio tiveram que lidar os bispos das recém-criadas dioceses de Rio do Sul (d. Tito Buss, entre 1969 e 2000) e Caçador (d. Orlando Octacílio Dotti, entre 1969 e 1976), ambas erigidas em 1968²⁹. Por fim, já em tempo posterior (1975), foi criada a diocese de Joaçaba, que teve como seu primeiro bispo d. Henrique Müller, que permaneceu à frente da mesma até 1999³⁰.

Embora não exista uma investigação sistemático-comparativa sobre o processo de recepção e implementação das diretrizes do Concílio Vaticano II em Santa Catarina (Spiess, 2016, p. 41-57), alguns estudos permitem inferir importantes características desse processo³¹. Ele foi,

²⁷ D. Joaquim Domingues de Oliveira participou apenas da primeira sessão e d. Frei Felício C. C. Vasconcelos, da segunda sessão; este último não participou da terceira sessão e na última já era arcebispo de Ribeirão Preto. Já d. Daniel Hostin (Lages) nunca foi a Roma participar do Concílio.

²⁸ D. Anselmo Pietrulla, Afonso Niehues, d. Gregório Warmeling, d. José Thurler e d. Wilson Laus Schmidt foram os bispos que participaram das quatro sessões do Concílio.

²⁹ Sobre a criação dessa diocese, veja-se Wiggers (2007).

³⁰ São poucas as informações sobre essa diocese. Algumas indicações podem ser encontradas em Rodrigues (2018).

³¹ Para uma perspectiva desse processo na ótica de uma ordem religiosa, veja-se a interessante pesquisa de Gascho (1998). Sobre essa mesma Congregação, veja-se ainda Kantovitz (2017; 2019) e Otto (2018).



inicialmente, coordenado pelo Regional Sul 3 da CNBB que, à época, incluía Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir das diretrizes comuns da CNBB e seus regionais, cada diocese foi criando, a seu modo, suas próprias iniciativas. Pereira (2016) mostra como, a partir dessas linhas gerais, a diocese de Lages elaborou diversos Planos de Pastoral (1967, 1969 e 1970), ao mesmo tempo em que foi criada a Coordenação Diocesana de Pastoral. Modelo similar foi adotado em Florianópolis com a criação do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral (com seu Coordenador), Comissões de Catequese e Liturgia e a promoção do diaconato permanente (a partir de 1969) (Besen, 2014, p. 159-163). Fruto desse processo conjunto de renovação conciliar dos bispos de Santa Catarina foi a criação do Regional Sul 4 da CNBB, em 1969³², e a fundação do Itesc (Instituto Teológico de Santa Catarina), em 1973 (Kretzer, 2019; Souza; Campigoto; Fabrício, 2019).

No decorrer da década de 1970, após a realização das conferências episcopais latino-americanas de Medellín (1968) e de Puebla (1979), consolida-se cada vez mais na Igreja Católica no Brasil a Teologia da Libertação. Sua ampla hegemonia nesse período representou um novo incremento ao processo de modernização da Igreja Católica, mas desta feita levando em consideração o contexto latino-americano da dependência. A partir desse modelo teológico e eclesiológico, a problemática sociopolítica passou a estar no centro da atuação do episcopado brasileiro e catarinense.

Assim como seria enganoso considerar que havia absoluta unidade em torno de suas ideias, também seria equivocado dividir todos os bispos de Santa Catarina em apenas dois grupos rigidamente opostos: partidários ou adversários da Teologia da Libertação. Isso também não quer dizer que essa tendência não deixasse de provocar importantes divergências entre os bispos do estado. Por um lado, a Teologia da Libertação recebeu um apoio decisivo de d. José Gomes, que assumiu a diocese de Chapecó em 1968 (até 1998) e que, além de priorizar a organização da diocese em torno das comunidades eclesiais de base (CEBs), foi responsável pelo engajamento da Igreja Católica com diversos movimentos e organizações da sociedade civil da região³³. Por outro lado, existem registros de forte

³² Diversos textos sobre esse instituto foram publicados no número na *Revista Encontros Teológicos*, entre eles Niehues (1993), Brandes (2003), Brighenti (2003), Ribeiro (2003), Piendibene e Piendibene (2003), Pereira (2003) e Besen (2013).

³³ Dentre os trabalhos que analisam a atuação política de d. José Gomes, pode-se consultar ainda Piana (2009) e Brighenti (2012).



oposição do franciscano d. Henrique Müller, que governou a diocese de Joaçaba entre 1975 e 1999³⁴.

O bispo de Joinville, d. Gregório Warmeling (1957-1994), também é identificado por membros de sua diocese como um “amante da Teologia da Libertação”³⁵ e como um “bispo profeta” que assumiu essa linha de pensamento e a opção preferencial pelos pobres³⁶. Durante seu governo, ele apoiou a ação nas periferias realizadas pelo pe. Luiz Facchini (1942-2018), que, por sua vez, também exerceu a função de Coordenador de Pastoral entre os anos de 1972 e 1975³⁷. Além disso, em 1978 ele deu acolhimento à Fraternidade Esperança, Congregação formada por religiosas dissidentes das Irmãs da Divina Providência e que optou pela inserção entre os pobres, bem como às Catequistas Franciscanas, outra ordem religiosa feminina que se engajou profundamente no campo sociopolítico.

Outro representante dessa linha teológica foi o bispo da diocese de Tubarão, d. Osório Bebbler (entre 1981 e 1992), que liderou a realização de um Sínodo da Diocese de Tubarão (1984-1986) e que, a partir dessa perspectiva, instruiu os planos pastorais da diocese até os anos 1990 (Brighenti, 2022). Esse bispo foi transferido em 1999 para Joaçaba, diocese na qual deu continuidade à linha pastoral existente, até 2003 (Costa, 2015). Já em Lages, sob a liderança de d. Oneres Marchiori (que era auxiliar entre 1983 e 1987, mas passou ao cargo de diocesano de 1987 a 1989), a diocese também assumiu um perfil cada vez mais progressista, tendo como prioridade a organização das CEBs (Munarim; Calazans, 1990; Locks, 2008; Costa, 2008) que desde 1997 reúnem-se anualmente para a celebração da Festa das Tendras³⁸.

Quanto à sede arquidiocesana de Florianópolis, Besen (2014, p. 173) assinala que d. Afonso Niehues (1965-1991) atuou decididamente em prol dos perseguidos pelo regime militar (1964-1985)³⁹. Apesar dos conflitos internos que afetaram a Congregação das Irmãs da Divina Providência

³⁴ As disputas no interior do episcopado são descritas por Kretzer (2019, p. 55-57) ao analisar os conflitos na definição do perfil e da direção do Instituto Teológico de Santa Catarina.

³⁵ É o que declara Facchini (2001, p. 105).

³⁶ Conforme afirma Busarello (2001, p. 105-107).

³⁷ Conforme informações disponíveis em Balsanella, Pacheco e Peretti (2019).

³⁸ Segundo o estudo de Moreira (2010).

³⁹ Sobre esse assunto consulte-se Bianchezzi (2012) e Santos (2019).



relativos à inserção de algumas destas nas periferias – motivando mesmo a nomeação de uma comissão de investigação nomeada por Roma em seu território⁴⁰ –, d. Afonso Niehues permitiu o desenvolvimento de iniciativas pastorais dos setores mais à esquerda da igreja católica, bem como a remodelação da Ação Social Arquidiocesana (que superou uma atuação meramente assistencialista)⁴¹. Ademais, ele não desestimulou a inserção de padres e religiosas nas periferias urbanas da capital catarinense⁴² e em 1980 permitiu mesmo que um padre da diocese fosse à Nicarágua para apoiar a revolução sandinista (Padre Osmar, s/d). Durante esse período diversos tipos de pastorais sociais foram sendo incorporados ao arranjo institucional de sua arquidiocese e das demais dioceses do estado⁴³.

3.3 Ciclo da reestabilização institucional (1992 até o presente)

A eleição de d. Eusébio Oscar Scheid (1992-2011) para a Arquidiocese de Florianópolis, bem como a visita de João Paulo II ao estado de Santa Catarina (em 1992), são eventos que simbolizam uma nova geração de bispos. O prestígio desse prelado junto ao Vaticano pode ser atestado pelo fato de que foi escolhido pessoalmente pelo papa como representante da Santa Sé na Conferência de Santo Domingo (1992), sem contar o fato de que foi nomeado posteriormente para o cargo de cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro (2001-2021); assim, ele estava especialmente alinhado com a nova linha programática implementada pelo papa polonês. Com efeito, o longo pontificado de João Paulo II (1979-2005), seguido do período do seu colaborador mais importante (Josef Ratzinger), depois papa Bento XVI (2005-2013), tinha por meta restabelecer a identidade sacramental-institucional da igreja católica. Por isso, para além de juízos de valor (normalmente negativos⁴⁴), propomo-nos a denominar essa fase, de maneira analítico-descritiva, de *ciclo de reestabilização institucional*.

⁴⁰ Esses conflitos são descritos por Bianchezzi (2005).

⁴¹ A atuação social desse bispo é descrita em Vicente (2014).

⁴² As formas de organização popular em Florianópolis e a atuação dos padres nos morros da cidade são analisadas em diversos trabalhos: por exemplo, Luckmann (1991), Piacentini (1991), Krischke (1992), Fantin (1997) e Sell (1997).

⁴³ Como documentam os seguintes trabalhos: Weber (1990), Machado (2007) e Silva (2008).

⁴⁴ É o caso de expressões como “inverno eclesial”, “involução eclesial”, “retrocesso” e outras que, além do saudosismo, manifestam dificuldades em discutir cientificamente as transformações do presente.



A linha programática do arcebispo dehoniano d. Eusébio Oscar Scheid continuou depois com mais dois bispos da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus que assumiram o governo da arquidiocese de Florianópolis: d. Murilo Sebastião Krieger (2002-2011), que antes já tinha sido bispo auxiliar de Florianópolis⁴⁵, e d. Wilson Jönck – este em exercício desde 2011, sendo que um ano antes (2010) ele brevemente fora bispo na diocese de Tubarão. Também podem ser considerados prelados mais próximos da orientação papal de Woytila-Ratzinger o bispo de Criciúma, de linha carismática, d. Jacinto Inácio Flach (em exercício desde 2009), e o bispo de Blumenau, d. José Negri (2009-2015), que sucedeu o primeiro bispo d. Angélico Sândalo Bernardino (2000-2009), considerado de orientação progressista⁴⁶. Já em Joinville, a nomeação de d. Orlando Brandes (1994-2006), um padre que anteriormente atuava na Renovação Carismática Católica (RCC), e de seu sucessor d. Irineu Roque Scherer (2007-2016), procuraram conferir à diocese uma atuação pastoral mais plural e ao mesmo tempo mais moderada em sua dimensão sociopolítica⁴⁷.

Do dito acima não se deve concluir apressadamente que a ocorrência de mudança de perfil do episcopado signifique que ele tenha-se tornado completamente homogêneo. Além do já citado caso do perfil “progressista” de d. Angélico em Blumenau, em Chapecó o sucessor de d. José Gomes, d. Manoel João Francisco (1998-2014), um dos expoentes nacionais da causa ecumênica⁴⁸, deu continuidade à linha pastoral que já existia na diocese⁴⁹. Também em Caçador a Teologia da Libertação passou a ser a orientação predominante com a liderança de d. Luiz Colussi (1983-1996), sendo depois retomada por d. Luiz Carlos Eccel (1998-2010) e por d. Severino Clasen (2011-2020). O

⁴⁵ Ele foi auxiliar em Florianópolis entre 1985 e 1991; depois assumiu a diocese de Maringá (1991) e posteriormente ainda a arquidiocese de Ponta Grossa (2007). Em 2002 retornou, agora como arcebispo, a Florianópolis.

⁴⁶ A nomeação desse bispo foi entendida pelos analistas como uma remoção de São Paulo para abrir caminho para as reformas efetuadas por d. Cláudio Hummes, na época cardeal arcebispo de São Paulo (cf. Antenore, 2000).

⁴⁷ Esse processo reflete-se, entre outros elementos, no maior espaço concedido para os grupos de jovens da RCC, como mostra Frainer (2015).

⁴⁸ Em 2011, ele foi eleito presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), cargo que ocupou até 2015. Em 2019, ele foi eleito presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-Religioso da CNBB.

⁴⁹ É o que atesta o conteúdo de sua entrevista para o 15 Eclesial das CEBs (CEBS do Brasil, 2017). Ver também Oro e Cenci (2018).



primeiro deles não apenas apoiou a formação de CEBs e acolheu em seu território diversas edições da Romaria da Terra⁵⁰, como também estimulou o processo pelo qual a diocese pauta-se pelos princípios de uma “igreja participativa, comprometida com os problemas do povo e igreja libertadora” (Tomazi; Casara, 2019, p. 63). Por fim, em Lages, d. Guilherme Antônio Werlang, bispo local desde 2018, vem dando continuidade à opção da diocese pelas CEBs, promovida pelo seu antecessor d. Oneres Marchiori, e que se traduz hoje especialmente com a organização atual das chamadas Tendras do Senhor, que acontece desde 1997 (Moreira, 2010).

Contudo, em que pesem suas influências, a linha programática de cada bispo individualmente nem sempre se reflete automaticamente nas instâncias de decisão colegiada e no clero das diversas dioceses que, muitas vezes, possuem uma cultura eclesial fortemente institucionalizada que vigora de maneira autônoma. O contrário também é verdadeiro: pesquisas recentes indicam que, de modo independente da visão de seus bispos, a geração mais recente de presbíteros católicos vem-se distanciando paulatinamente da linha da Teologia da Libertação e tem abraçado o ideário de ressacralização da figura do padre⁵¹. Hoje cada vez mais plural, também existem na Igreja Católica em Santa Catarina padres ligados a Comunidades de Vida⁵² de inspiração carismática e mesmo a presença de institutos de perfil tradicionalista, como é o caso dos Arautos do Evangelho (s/d) na diocese de Joinville.

Diante de um catolicismo que perde cada vez mais adeptos no Brasil e frente a uma igreja em profunda transformação interna, dos dez bispos à frente das dioceses de Santa Catarina, apenas três foram nomeados pelo Papa Francisco (2013 até o presente) e governam, respectivamente, as dioceses de Rio do Sul (d. Onécimo Alberton, desde 2015 até 2023)⁵³, Caçador (d. Cleocir Bonetti, desde 2021) e Tubarão (d. Adilson Pedro Busin, desde 2023).

⁵⁰ Estudos que abordam o papel das romarias no contexto da relação entre a igreja e as questões agrárias em Santa Catarina, são, dentro outros: Schwade (1992), Pagoto (2009), Paim e Siqueira (2014), Silva (2018, p. 202-213) e Guimarães (2020).

⁵¹ Esse processo está bem documentado na pesquisa coordenada por Brighenti (2021).

⁵² É o caso da comunidade do Divino Oleiro, da arquidiocese de Florianópolis, fundada em 1997, na cidade de Camboriú (cf. Divino Oleiro, s/d).

⁵³ Em 2023, ele transferido, como auxiliar, para Florianópolis.



4 Os bispos em Santa Catarina: bases socioculturais e carreiras eclesiais

Nesta terceira parte apresenta-se a análise do perfil sociocultural e eclesial dos 48 bispos que já exerceram ou exercem seu ministério em território catarinense. A sistematização leva em conta dois conjuntos de variáveis. A *variável sociocultural* busca levantar elementos que nos indiquem as posições sociais dos bispos que atua(ra)m no território catarinense. Para tanto serão utilizados como indicadores sua nacionalidade e seu estado de origem. A *variável eclesial*, por sua vez, intenta identificar os elementos da trajetória “profissional” dos bispos nomeados para dioceses existentes no estado.

Os dados serão sistematizados levando em conta todo o período histórico em questão, ou seja, desde a fundação do bispado de Florianópolis até o presente⁵⁴. Para isso, comecemos por diferenciar claramente a geração dos bispos pré-conciliares (entre 1908 e 1962), formados na tradição tridentina e ultramontana, da geração de bispos pós-conciliares (a partir de 1966)⁵⁵, conforme se mostra abaixo:

Tabela 1 – Período histórico de nomeação de bispos em Santa Catarina

PERÍODO	NÚMERO	PERCENTUAL
Pré-Vaticano II	11	23%
Pós-Vaticano II	37	77%
Total	48	100%

Fonte: elaboração própria.

A maioria dos bispos (77%) que atuam ou atuaram em Santa Catarina é do período posterior ao Concílio Vaticano II e possui uma compreensão do episcopado muito distinta do período anterior. Evidentemente, isso não significa que a transição conciliar tenha-se realizado de modo abrupta, tendo em vista o impacto da participação e posterior implementação do Concílio Vaticano II naqueles bispos formados antes desse período. Esse processo de mudança de perspectiva (conversão)

⁵⁴ O levantamento de dados ocorreu até o dia 30 de outubro de 2023 e, portanto, não incluem eventuais mudanças no episcopado de Santa Catarina após essa data.

⁵⁵ Adotou-se como critério de corte o ano de encerramento do Concílio (1965). Assim, bispos nomeados antes dessa data são considerados “pré-conciliares”, ao que passo que os “pós-conciliares” são aqueles nomeados após essa data.



pode ser bem ilustrado pelo caso de d. Gregório Warmeling, em Joinville. Conforme destaca Besen (2014, p. 97), “o Concílio do Vaticano II (1962-1965) despertou em Dom Gregório um entusiasmo incontido”. Além disso, Besen (2014, p. 98) também documenta que dom Gregório Warmeling:

fez parte do grupo de bispos que nas Catacumbas de São Calixto assinaram o “Pacto das Catacumbas”: ao retornarem às suas dioceses renunciariam a toda ostentação, a tudo o que simbolizasse poder e prestígio. Retornando à Diocese, Dom Gregório abandonou vestes e ornamentos episcopais principescos, assumindo as vestimentas dos padres e leigos. Alugou o Palácio episcopal e foi morar num apartamento, mais tarde trocado por uma casa.

Uma das principais diferenças desses dois períodos é que o tempo de exercício do episcopado é bastante superior no primeiro: o arcebispo de Florianópolis, por exemplo, ficou no cargo por 53 anos, seguido dos 44 anos de d. Daniel Hostin à frente de Lages e dos 25 anos d. Pio de Freitas à frente de Joinville. Os bispos nomeados no final ou durante o período conciliar também ficaram, em regra, longos períodos no comando de suas dioceses, como é o caso de Gregório Warmeling (37 anos) em Joinville e de d. Anselmo Pietrulla (26 anos) em Tubarão. Esse padrão ainda pode ser observado nos bispos nomeados logo depois do Concílio, pois seu tempo de governo, ainda que menor que os mencionados acima, não deixou de ser longo: d. Tito Buss permaneceu 31 anos em Rio do Sul, d. José Gomes ficou 30 anos em Chapecó, d. Anselmo Pietrulla governou Tubarão por 26 anos, d. Afonso Nieheus esteve 25 anos em Florianópolis, d. Henrique Müller governou 24 anos em Joaçaba e d. João O. Marchiroi foi bispo em Lages por 22 anos.

Contribui para a longevidade do governo diocesano o fato de que nos períodos anteriores ao Concílio os bispos de Santa Catarina serem eleitos para o episcopado com idade menor do que a atual: média de 42 anos⁵⁶, contra os 50 anos de média dos atuais dez bispos em exercício no estado. Além disso não havia a idade limite de 75 anos para apresentar a renúncia, como acontece hoje. Consequentemente, nos períodos posteriores o tempo dos bispos à frente de suas dioceses diminuiu progressivamente e cai a uma média de apenas dez anos de governo.

⁵⁶ D. Joaquim Domingues de Oliveira, por exemplo, foi eleito ao episcopado com apenas 36 anos de idade.



4.1 Condições socioculturais

Passemos, em seguida, à análise do aspecto sociocultural dos bispos, em relação ao qual escolhemos como indicador o estado de nascimento dos prelados. Em termos de nacionalidade, a grande maioria dos bispos que atuaram em Santa Catarina é nascida no Brasil. Dos quatro que nasceram em países estrangeiros (dois na Alemanha, um em Portugal e um na Itália), dois são do período pré-conciliar e, mesmo assim, vieram ao Brasil ainda na infância. No período posterior, somente um prelado, de uma ordem missionária (PIME – Pontifício Instituto das Missões), já veio da Itália ao Brasil em idade madura. A elite eclesiológica de Santa Catarina é, portanto, desde o seu início, majoritariamente nacional e, quanto à sua origem estadual, apresenta o seguinte perfil:

Tabela 2 – Estado de origem dos bispos em Santa Catarina

ORIGEM	NÚMERO	PERCENTUAL
Santa Catarina	25	52%
Rio Grande do Sul	12	25%
São Paulo	3	6%
Paraná	2	4%
Minas Gerais	1	2%
Rio de Janeiro	1	2%
Total	44	100%

Fonte: elaboração própria.

Nenhum bispo que atuou em Santa Catarina provém das regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste do Brasil: todos são das regiões Sul ou Sudeste. Em Santa Catarina ele é majoritariamente sulista: 83% do total é oriundo do Sul e mais da metade (52%) nasceu no próprio estado. Embora a opção pelo clero do Sul como base do episcopado nacional tenha sido uma tendência histórica, deve-se levar em conta o fato de que em Santa Catarina ela explica-se também por questões pragmáticas, pois é bastante lógico que a escolha de bispos recaia sobre indivíduos familiarizados com a realidade sociocultural e religiosa da região em que atuam.

Em termos históricos também é importante destacar que o perfil sociocultural do episcopado em Santa Catarina é mais *heterogêneo* no período pré-conciliar. Contribui para isso, em primeiro lugar, o caráter peculiar do primeiro Arcebispo de Florianópolis que, ao contrário dos bispos que exerceram seu ministério no mesmo período, é o que mais se



aproxima de uma condição social positivamente privilegiada. Com efeito, d. Joaquim Domingues de Oliveira provinha uma família de origens portuguesas que atuava no ramo da construção civil⁵⁷. O mais longo dos bispos que estiveram em Santa Catarina, no tempo em que eles ainda eram considerados “príncipes da igreja”, foi também aquele que pode ser considerado um dos raros membros da elite eclesiástica do estado que também pertencia ao mundo social das elites socioeconômicas. No mesmo período em questão, d. Pio de Freitas Silveira (Joinville) também não provinha da região Sul (ele era de Minas Gerais), mesmo caso de seu auxiliar d. Inácio João Dal Monte (de São Paulo). Entre os bispos nomeados para as três primeiras dioceses do Estado, somente d. Daniel Hostin (Lages) era nascido em Santa Catarina.

Contudo, a partir do final do Concílio Vaticano II (após 1966), à exceção de apenas três nomes⁵⁸ (8%), os demais 34 bispos nomeados para Santa Catarina serão catarinenses (58%), gaúchos (29%) ou paranaenses (5%), consolidando definitivamente o perfil regionalizado do episcopado atuante nesse estado: 92% de preladados oriundos da região Sul. Dada essa maior *homogeneidade*, podemos supor que as origens sociais do episcopado de Santa Catarina sejam similares às aquelas que já foram identificadas pelos pesquisadores em relação ao caso dos bispos no Rio Grande do Sul (Seidl, 2003). Suas origens sociais estão localizadas na fração inferior dos estratos sociais, muito em particular em famílias nucleares de bases rurais com profunda formação religiosa das pequenas e médias cidades do estado de Santa Catarina.

4.2 Carreiras eclesiásticas

O estudo da trajetória eclesiástica ou profissional dos bispos catarinenses tem como meta identificar quais são as características levadas em conta pela nunciatura apostólica e pelo Vaticano na escolha dos padres que serão sagrados bispos (Seidl, 2009). Nos termos da Sociologia de Pierre Bourdieu (2021) trata-se de apontar qual a natureza (social, cultural e simbólico) e a quantidade de capital que um candidato ao episcopado acumula ao longo de sua trajetória e que possibilita sua ascensão na esfera eclesiástica.

⁵⁷ Conforme informação disponível em Besen (2014, p. 25).

⁵⁸ Trata-se dos dois primeiros bispos de Blumenau: d. Angélico Bernardino (de São Paulo) e d. José Negri (da Itália), além de d. Irineu Andreassa, de Lages.



O primeiro indicador considera se a passagem dos padres por ordens religiosas ou sua pertença ao clero de uma diocese constitui um critério relevante de escolha. Quanto a esse ponto os dados indicam o seguinte:

Tabela 3 – Status canônico dos presbíteros escolhidos para o episcopado em Santa Catarina: diocesano ou religioso

STATUS	NÚMERO	PERCENTUAL
Diocesano	24	50%
Religioso	24	50%
Total	48	100%

Fonte: elaboração própria.

Até o momento os números mostram um equilíbrio de nomeações entre essas duas categorias canônicas de presbíteros que se distribuem em parcelas rigidamente iguais. Esse mesmo equilíbrio repete-se ao longo dos dois grandes períodos históricos da igreja em Santa Catarina, pois até antes do encerramento do Concílio Vaticano II, dos dez bispos nomeados para o estado, cinco eram do clero diocesano e os demais cinco pertenciam a alguma ordem religiosa. O mesmo acontece no período posterior ao Concílio, no qual cada grupo de religiosos ou diocesanos tem 19 bispos. Portanto, nada parece indicar que o pertencimento do prelado a um ou outro estatuto canônico do sacerdócio seja uma variável causal decisiva em sua promoção ao episcopado.

Vejamos, em seguida, a qual ordem religiosa pertenceram ou pertencem esses bispos:

Tabela 4 – Ordens religiosas de origem dos bispos em Santa Catarina

ORDEM	NÚMERO	PERCENTUAL
Franciscanos	7	15%
Dehonianos	4	8%
Capuchinhos	4	8%
Salesianos	2	4%
Combonianos	1	2%
C. Missão	1	2%
Scalabriano	1	2%
Consolata	1	2%



ORDEM	NÚMERO	PERCENTUAL
MSF	1	2%
PIME	1	2%
Schoenstatt	1	2%
Total	24	100%

Fonte: elaboração própria.

As três ordens religiosas que mais tiveram bispos em Santa Catarina são os franciscanos (15%), os dehonianos (8%) e os capuchinhos (8%). As duas primeiras ordens religiosas estão presentes no estado desde o início da evangelização de seu território (Röwer, 1944; Dirksen, 2005) e tiveram dois bispos nomeados ainda antes do Concílio Vaticano II. Os cinco demais prelados são posteriores a esse período. Os padres capuchinhos contribuíram com a breve passagem de d. Inácio Dal Monte por Joinville e, no período pós-conciliar, com bispos que atuaram nas regiões central ou do Meio-Oeste do estado, como em Caçador e Joaçaba (Destéfani, 1998). Os padres do Sagrado Coração de Jesus, por sua vez, têm todos os seus quatro membros nomeados no período posterior à era conciliar, começando com d. Honorato Piazero (Lages) e passando depois pelos três nomes que exerceram ou ainda exercem seu múnus em Florianópolis: Murilo Krieger, Eusébio Scheid e Wilson Jönck.

Outro fator que pode ser decisivo na promoção de um presbítero ao episcopado é sua trajetória acadêmica em nível de pós-graduação. Além de muni-lo com qualidades intelectuais supostamente aptas à direção de uma diocese, se essa formação realizar-se em Roma isso pode ser interpretado como indicador de sua adesão às orientações oficiais da igreja (índice de ortodoxia). Quanto a esse ponto temos os seguintes números:

Tabela 5 – Trajetória de estudo dos bispos em Santa Catarina

ESTUDOS	NÚMERO	PERCENTUAL
Internacional	19	40%
Nacional	29	60%
Total	48	100%

Fonte: elaboração própria.

Os dados mostram que o percentual dos bispos que obtiveram formação de alto nível em instituições internacionais de ensino é significativo e chega à ordem de 40%. Praticamente todos esses estudos foram realizados em Roma e somente um bispo fez sua formação no Instituto Teológico de Paris.



Além de sua trajetória formativa, outro elemento a ser levado em consideração na promoção ao episcopado é sua trajetória profissional. Trata-se principalmente do conjunto de competências e habilidades adquiridas pelos presbíteros enquanto gestores e administradores, além de suas capacidades de coordenação e liderança. Nesse caso é importante verificar quais são as funções administrativas (pastorais) que eles desempenharam antes de sua nomeação.

Como esse é um indicador complexo que exige a revisão de toda a trajetória de um presbítero até ser escolhido como bispo (nomeações para paróquias, transferências, cargos administrativos etc.), nosso estudo concentrou-se apenas no indicador “magistério”. Nesse caso consideramos se a passagem do presbítero pela docência ou pela formação de padres e religiosos em seminários e conventos mostra-se um elemento recorrente dos escolhidos para compor a elite do clero. Os números que obtivemos foram os seguintes:

Tabela 6 – Trajetória profissional dos bispos em Santa Catarina

CAMPO DE ATUAÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
Magistério	28	58%
Somente pastoral	20	42%
Total	48	100%

Fonte: elaboração própria.

Os dados mostram que a passagem pela função formativa, como professor, reitor ou outra tarefa de aconselhamento, entre outras, constitui um item significativo na eleição ao episcopado: é uma característica de 58% dos presbíteros que se tornaram bispos em Santa Catarina.

Uma vez que a escolha de um bispo para uma diocese é responsabilidade do Vaticano, pode-se supor que ele tende a refletir as linhas programáticas adotadas pelos papas reinantes. Mas é preciso evitar entender esse alinhamento de maneira simples e automática, pois o órgão responsável por essa nomeação tem sob seus cuidados um número enorme de nomeações a serem feitas, sem esquecer do fato de que o processo de escolha é mediado pela ação de um Núncio Apostólico que realiza um processo de investigação dos potenciais candidatos. Trata-se, portanto, de um processo complexo que envolve diversas instâncias e variáveis, não excluídas as redes de poder e influência entre os clérigos. Tomando



como indicador as vezes que os papas nomearam⁵⁹ um bispo para Santa Catarina, obtivemos os seguintes números:

Tabela 7 – Papas que nomearam os bispos em Santa Catarina

PONTIFICADO	NÚMERO	PERCENTUAL
Papas Pré-Vaticano II	17	28%
Paulo VI	6	10%
João Paulo II	23	38%
Bento XVI	11	18%
Francisco	3	5%
Total	60	100%

Fonte: elaboração própria.

Desde que d. João Becker foi eleito bispo de Florianópolis até o presente, dez papas já governaram a Igreja Católica. Do total de nomeações para as dioceses catarinenses, 28% foram realizadas por papas que reinaram antes do Concílio Vaticano II (ou seja, antes que João XXIII tivesse realizado sua abertura, em 1962). A grande maioria (72%), pois, é do período posterior à reforma conciliar.

Tomando como marco apenas os papas pós-Concílio, Paulo VI indicou apenas 10% do episcopado que atuou em Santa Catarina. Ele fica longe de João Paulo II, que é o campeão das indicações para as sedes episcopais desse estado, chegando a 38%. Somando as nomeações do papa polonês (38%) com aquelas realizadas por Bento XVI (18%), temos que ambos foram responsáveis por 56% do total geral de indicações episcopais. Se levarmos em consideração apenas o período pós-conciliares, esse índice alcança o elevado número de 79%. Dos atuais bispos em exercício no estado, sete (70%) são oriundos dos pontificados de João Paulo II e Bento XVI e três (30%) foram nomeados pelo atual papa Francisco. Tanto em termos históricos de longo prazo quanto em termos atuais (horizonte de curto prazo), o episcopado em Santa Catarina é, pelo menos em se tratando dos papas que os indicaram, o reflexo da era Wojtyla-Ratzinger, ainda que, como já destacamos, desse fato não segue nenhum alinhamento automático do bispo nomeado com a linha do papa vigente.

⁵⁹ O indicador refere-se ao ano e ao pontífice que realizou sua designação para uma sede episcopal no estado (incluindo as transferências internas). Não se trata do ano de sua escolha como bispo e nem de sua sagração. Por esse motivo, o número total é superior a 48 (que é a quantidade total de bispos).



5 Conclusão

Desde o início da fundação do bispado de Florianópolis (1908) até o presente, Santa Catarina já teve um total de 48 bispos. Eles podem ser classificados em duas grandes gerações. No período de 1908 até 1962, data de abertura do Concílio Vaticano II, o estado contava apenas com cinco dioceses (Florianópolis, Joinville, Lages, Tubarão e Chapecó) que foram governadas por 11 bispos (33% do total). Depois da realização do Concílio (de 1966 até hoje) foram erigidas mais cinco dioceses (Rio do Sul, Caçador, Joaçaba, Criciúma e Blumenau); ao longo destes últimos 57 anos Santa Catarina teve à sua frente um total de mais 37 prelados (77% do total). Essa diferença numérica entre os dois períodos explica-se não apenas pelo aumento do número de dioceses (que duplicou), mas também porque a idade dos escolhidos para o episcopado tornou-se maior, além do fato de que os bispos renunciam aos seus cargos quando atingem os 75 anos de idade.

Independentemente das diferenças entre essas duas gerações de bispos (anterior e posterior ao Concílio), as bases sociais de recrutamento e seleção do episcopado catarinense permaneceram basicamente as mesmas: 83% do total dos bispos de Santa Catarina provêm da região Sul e mais da metade (52%) nasceu no próprio estado. Desde o final do Concílio Vaticano II o índice de bispos oriundos da região Sul chega a 92%. Dada a configuração sociocultural dessa região do Brasil, formada predominantemente por médias e pequenas cidades, pode-se inferir que os bispos tendem a advir da fração inferior dos estratos sociais, muito em particular em famílias nucleares de bases rurais com profunda formação religiosa.

Em termos eclesiais, o cenário é mais complexo, pois temos de levar em conta que o perfil teológico-doutrinal do episcopado modifica-se na medida em que a Igreja Católica em Santa Catarina vivencia diferentes ciclos eclesiais. Após o perfil tridentino-ultramontano do primeiro ciclo, segue-se a fase da modernização trazida pela renovação conciliar (*aggiornamento*) e pela ascensão da Teologia da Libertação, até desembocar no terceiro e atual ciclo, marcado pela retomada da identidade institucional e sacramental da igreja. A despeito dessas mudanças históricas, é possível perceber alguns padrões de seleção de bispos relativamente constantes:

- 1) a primeira delas é a tendência em equilibrar a escolha dos bispos entre aqueles que são oriundos dos cleros diocesano e secular,



que perfazem, cada um, 50% dos nomes indicados para Santa Catarina.

- 2) Constata-se ainda que a passagem por funções de magistério (58% do total) é um traço importante daqueles que passam a compor a elite do clero.
- 3) A circulação internacional dos presbíteros escolhidos como bispos, especialmente a formação em Roma – um suposto indicador de sua ortodoxia –, foi menor do que esperada; ainda assim, chegou ao expressivo número de 40% dos indicados.

Comparando as duas variáveis em questão, ou seja, a dimensão sociocultural e a dimensão eclesiástica, vemos que elas seguem tendências opostas. Enquanto o perfil sociocultural da elite eclesiástica foi tornado-se cada vez mais homogêneo, seu perfil eclesial, mais sensível aos ciclos históricos da Igreja, bem como às escolhas papais, foi tornando-se mais heterogêneo. Esse dado sugere que a origem social do clero e sua trajetória eclesiástica são variáveis que seguem lógicas sociais próprias e independentes, não havendo indícios de determinação da primeira sobre a segunda.

Referências

ALTEMEYER JR., Fernando. *Perfil episcopal da Igreja Católica (1551-2018)*. São Paulo: Paulus, 2018.

ALVES, Elza D. *Discurso religioso católico e normatização de comportamentos*: São Ludgero, Santa Catarina (1900-1980). 1998. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

ALVES, Elza D. *Nos bastidores da cúria: desobediências e conflitos relacionais no intra-clero catarinense (1892-1955)*. 2005. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ALVES, Márcia. *Entre a folia e a sacristia: as (re)significações e intervenções da elite clerical e civil na Festa do Divino em Florianópolis (1896-1925)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.



ANTENORE, Armando. Vaticano transfere bispo progressista de São Paulo. *Folha de S. Paulo*, 20 abr. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2004200013.htm>. Acesso em: 26 fev. 2024.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012.

AQUINO, Maurício de. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1485-1505, 2013.

ARAUTOS DO EVANGELHO. Joinville, s/d. Disponível em: <https://arautosjoinville.com/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. *Síntese: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 5, n. 12, p. 47-78, 1978.

BALSANELLA, Rebecca W.; PACHECO, Rita C.; PERETTI, Clélia. Entre memória e história. Pastorais sociais na diocese de Joinville (anos 1960-1990). In: MONTEIRO, Solange A. S. (org.). *Religião e sociedade: hegemonia ou submissão*. Ponta Grossa: Atena, 2019.

BARROS, Marcelo. *Dom Helder Câmara: profeta para os nossos dias*. São Paulo: Paulus, 2011.

BATISTA, Fernando A. Dom Afonso, o Bispo do Pão e da Paz. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 163-178, 2014.

BEOZZO, José O. *A igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BESEN, José A. Monsenhor Francisco Xavier Topp: o institucionalizador da igreja catarinense. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 27-31, 1990.

BESEN, José A. Igreja e política em Santa Catarina. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 65-70, 1995.

BESEN, José A. *Seminário de Azambuja: 1927-2002*. Florianópolis: AESA, 2002.

BESEN, José A. A criação da Diocese de Florianópolis em 1908. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 5-8, 2007.



BESEN, José A. Itesc 40 anos: o Instituto Teológico de Santa Catarina: 1973-2012. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 5-16, 2013.

BESEN, José A. *História de padres em Santa Catarina*. São Paulo: Mundo e Missão, 2014.

BIANCHEZZI, Clarice. *Religiosas dissidentes: memórias de tensões na Igreja Católica de Florianópolis (1968-1978)*. 2005. Monografia (Graduação em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BIANCHEZZI, Clarice. Imigrantes de origem alemã e a presença da igreja católica em Santa Catarina. In: Encontro Regional de História, 19. São Paulo, 2008. *Anais*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

BIANCHEZZI, Clarice. Dom Afonso Niehues: memórias da rede de proteção aos perseguidos pelo regime militar em Santa Catarina. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, Morrinhos, v. 3, n. 2, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral*. Petrópolis: Vozes, 2021.

BOURDIEU, Pierre; SAINT MARTIN, Monique de. La Sainte famille: l'épiscopat français dans le champ du pouvoir. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 44-45, p. 2-53, 1982.

BRANDES, Orlando. Itesc: espiritualidade e mística. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 75-80, 2003.

BRIGHENTI, Agenor. Itesc: uma instituição regional, acadêmica e colegiada. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 45-62, 2003.

BRIGHENTI, Agenor. *O novo rosto do clero: perfil dos padres novos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2021.

BRIGHENTI, Agenor. O exercício do *sensus fidelium* no sínodo da diocese de Tubarão. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 21-44, 2022.

BRIGHENTI, Clóvis A. *O movimento indígena no Oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. 2012. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.



BRIGHENTI, Clóvis A.; NÖTZOLD, Ana L. V. Dom José Gomes e as terras indígenas: análise de uma experiência de intervenção em políticas públicas. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 22, n. 30, p. 207-225, 2009.

BUSARELLO, Mildo. Dom Gregório, um bispo profeta. In: CARON, Lurdes (org.). *Dom Gregório Warmeling: pastor e profeta*. Blumenau: Odorizzi, 2001.

CABRAL, Oswaldo R. Subsídios para a história eclesial de Santa Catarina: a diocese de Florianópolis, sua criação, seus preladados. *Revista de História*, São Paulo, v. 35, n. 72, p. 417-461, 1967.

CÂMARA, Fernando. A arquidiocese do Rio de Janeiro e seus bispos. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, n. 123, p. 25-40, 2009.

CARDOSO, Karina V. A igreja católica no estado de Santa Catarina e suas territorialidades. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 18-31, 2007.

CASPARY, Alceu. *O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960-1964 e sua relação com a legitimação do golpe de Estado*. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CEBS DO BRASIL. *Entrevista com dom Manoel João Francisco*. 2017. Disponível em: <https://cebsdobrasil.com.br/entrevista-com-dom-manoel-joao-francisco/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

COLOMBI, Dionízio L. Dom Joaquim Domingues de Oliveira visto por um de seus secretários. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 79-84, 2014.

COPPE, Rodrigo C. *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba: CRV, 2011.

CORREIA, Ana M. M. C. *A expansão da igreja em Santa Catarina, a reação anti-clerical e a questão do clero nacional (1892-1920)*. 1988. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

COSTA, Elton L. *Igreja e ecologia: um diálogo entre as dioceses de Rio Branco/AC e Tubarão/SC (1970-1990)*. 2015. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.



COSTA, Iraneidson S. “Eu ouvi os clamores do meu povo”: o episcopado profético do Nordeste brasileiro. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1461-1484, 2013.

COSTA, Lúcia D. S. *Canção popular nas comunidades eclesiais de base: análise do papel educativo e social nas décadas de 70/80 em Lages/SC*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

D’ÁVILA, Edison. Minhas lembranças de Dom Joaquim e outras memórias. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 59-64, 2014.

DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana no Médio Vale do Itajaí Açú (1892-1918)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. Modos de educação católica em Florianópolis: final do século XIX e meados do século XX. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 23, n. 9, p. 102-118, 2005.

DELLA GIUSTINA, Elias. Dom Afonso Niehues e o Regional Sul IV. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 151-162, 2014.

DESTÉFANI, Dionysio. *Presença dos capuchinhos nos estados do Paraná e Santa Catarina*. Curitiba: Cúria Provincial, 1998.

DIEL, Paulo F. A reforma católica e o catolicismo popular caboclo no Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (1903-1958). *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, ano IV, n. 15, p. 105-120, 1996.

DIRKSEN, Valberto. Presença e missão dehoniana no Sul do Brasil. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p.139-154, 2005.

DIVINO OLEIRO. Governador Celso Ramos, s/d. Disponível em: <https://divinooleiro.com.br/home>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FABRÍCIO, Edison L. O laicato na emergência do Regional Sul IV da CNBB: da centralidade à colegialidade eclesial em tempos de dita-



dura (1969-1975). *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 11-44, 2019.

FACCHINI, Luiz. Dom Gregório Warmeling e a Teologia da Libertação. In: CARON, Lurdes (org.). *Dom Gregório Warmeling: pastor e profeta*. Blumenau: Odorizzi, 2001.

FANTIN, Maristela. *Construindo cidadania e dignidade*. Experiências populares de educação e organização no Morro do Horácio. Florianópolis: Insular, 1997.

FELLER, Vitor G. Fidelidade à vinha: teologia teórica e prática de Dom Afonso Niehues. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 85-98, 2014.

FERREIRA, Rafael L. O episcopado brasileiro em tempos de ditadura militar. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 13, n. 30, p. 266-271, 2022.

FRAINER, Jean D. *Primavera ou inverno pastoral?* Uma análise sociológica das transformações na Pastoral da Juventude em Santa Catarina. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FRANCISCO, José C. Desenvolvimento religioso do Norte de Santa Catarina: diocese de Joinville. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 95-104, 2007.

GASCHO, Maria L. *Catequistas franciscanas: uma antecipação do “aggiornamento” em Santa Catarina (1915-1965)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

GOEDERT, Valter M. Dom Afonso Niehues e o diaconado permanente. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 123-140, 2014.

GOMES, José. *Sermões do bispo Dom José Gomes*. Chapecó: Mitra Diocesana de Chapecó, 2013.

GRÉMION, Catherine; LEVILLAIN, Philippe. *Les lieutenants de Dieu: les évêques de France et la République*. Paris: Fayard, 1986.

GUIMARÃES, Luiz E.; LANZA, Fábio; BRAGA, Antônio M. C.; PIOVANI, Luan P. Conflitos agrários e o catolicismo liberacionista: Romaria da Terra (PR e SC) e os arquivos do SNI. *Relegens Threskéia*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 284-307, 2020.



HEERDT, Moacir. *As escolas paroquiais em Santa Catarina (1890-1930)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

HEINER, Luís. *História da igreja do Oeste catarinense e Sudoeste do Paraná*. Chapecó: Arquivo da Mitra Diocesana, 1994.

KANTOVITZ, Geane. *Irmãs catequistas franciscanas: memórias sobre a prática docente no ensino primário de Santa Catarina (1935-1965)*. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

KANTOVITZ, Geane. Irmãs catequistas franciscanas: entre a rigidez e o carisma franciscano (SC, 1935-1965). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 18, 2019.

KRETZER, Altamiro A. A criação do Regional Sul 4 e do Itesc: dialética do catolicismo. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 55-57, 2019.

KRIEGER, Murilo. Dom Afonso Niehues: um incansável trabalhador na vinha do Senhor. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 115-122, 2014.

KRISCHKE, Paulo J. O movimento de bairros ligados às CEBs de Florianópolis: a dimensão participativa numa cultura política em transição. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 8, n. 12, p. 71-96, 1992.

LANZA, Fabio. *Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-85): um olhar sob o prisma do semanário O São Paulo*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOCKS, Geraldo A. *Grupos de família: o modo de ser CEB em Lages/SC*. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

LOVERA, Clair J. *Os sermões do bispo Dom José Gomes*. Florianópolis: Premier, 2013.

LUCKMANN, Lígia H. H. *Cotidiano e democracia na organização da Ufeco (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.



tação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

MACHADO, Marilane. *Do institucional ao comunitário: a Pastoral da Saúde em Florianópolis (1970-1990)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARTENDAL, Carlos. D. Joaquim e D. Afonso, dois tempos de igreja, duas visões sobre os leigos. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 39-48, 2014.

MICELI, Sérgio. Fontes para o estudo da elite eclesiológica brasileira, 1890-1940. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 18, p. 45-70, 1984.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiológica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOREIRA, José R. *Uma igreja e uma sociedade sem exclusões: a Festa das Tendas na diocese de Lages*. 2010. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2010.

MUNARIM, Antonio. *A práxis dos movimentos sociais na região de Lages*. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

NANDI, Domingos V. Itesc 30 anos. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 96-104, 2003.

NASCIMENTO, Divino F. S. *A educação católica no ensino público em Santa Catarina: discursos e acordos entre os poderes religioso e laico (1930-1937)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

NASPOLINI, Antenor. *Dom Afonso Niehues: o cardeal que São Ludgero merecia*. Luanda: Angola, 2008.

NERIS, Wheriston S. As transformações da elite eclesiológica no bispado do Maranhão. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 22, p. 257-302, 2013.

NERIS, Wheriston S. *A elite eclesiológica no bispado do Maranhão*. Jundiá: Paco, 2014.



NEVES, Guilherme P. *A ação dos bispos e a orientação tridentina em São Paulo (1745-1796)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

NIEHUES, Afonso. Anotações para a história do Itesc. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 33-37, 1993.

OLIVEIRA, José E. O homem que foi Dom Joaquim Domingues de Oliveira. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 64-78, 2014.

OLIVEIRA GOMES, Paulo de. Dom José Gomes e as origens dos movimentos sociais no Oeste de Santa Catarina. In: ROCHA, Humberto J.; TEDESCO, João C.; MYSKIW, Antônio M. (org.). *História dos movimentos sociais de luta pela terra no Sul do Brasil (1940-1980)*. Passo Fundo: Acervus, 2021.

ORO, Ivo P.; CENCI, Rosângela (org.). *Diocese de Chapecó: 60 anos de caminhada*. Chapecó: Diocese de Chapecó, 2018.

OTTO, Clarícia. *Catolicidades e italianidades: jogos de poder no Médio Vale do Itajaí-Acú e no Sul de Santa Catarina*. 2005. Tese (Doutorado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

OTTO, Clarícia. Memória coletiva sobre a gênese e institucionalização da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 173-192, 2018.

PADRE OSMAR Pedro Müller. Itajaí, s/d. Disponível em: <https://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/padre-osmar-pedro-muller/>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PAGOTO, Terezinha. *A reforma agrária no Oeste de Santa Catarina e os conflitos pela terra*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

PAIM, Elison A.; SIQUEIRA, Gustavo H. CPT e MST: formação e ocupação no Oeste catarinense. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 40-56, 2014.

PAIVA, José P. Os bispos do Brasil e a formação da sociedade colonial (1551-1706). *Textos de História*, Brasília, v. 14, n. 1-2, p. 11-36, 2006.



PASSOS, João D. Renovação conciliar e identidade episcopal: o perfil original de Paulo Evaristo Arns. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, ano XXX, número especial, p. 37-55, 2022.

PEREIRA, Ney B. As atas do primeiro decênio do Itesc. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p.17-44, 2003.

PEREIRA, Reginaldo. Dom Afonso Nihues: um pastor no Planalto Serrano. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p.197-204, 2014.

PEREIRA, Reginaldo. *A evangelização na diocese de Lages à luz do Concílio Vaticano II: 1965-2010*. 2016. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

PIACENTINI, Telma A. *O Morro da Caixa D'Água*. O significado político-pedagógico dos movimentos de educação popular na periferia de Florianópolis/SC. Florianópolis: UFSC, 1991.

PIANA, Marivone. *Música e movimentos sociais: as marcas da simbologia religiosa no MST*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PIAZZA, Walter. *A igreja em Santa Catarina: notas para sua história*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1977.

PIENDIBENE, Daniel R.; PIENDIBENE, Marta R. S. Nossos anos no Itesc. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 81-94, 2003.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997.

QUEIROGA, Gervásio F. *CNBB: comunhão e corresponsabilidade*. São Paulo: Paulinas, 1977.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no Sul do Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 36, n. 1, p. 279-304, 2002.

RIBEIRO, Hécio. *Da periferia um povo se levanta*. São Paulo: Paulinas, 1988.

RIBEIRO, Hécio. Itesc, entre notas e memórias. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 64-73, 2003.



RODRIGUES, Cátia R. *A arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Roberto C. O avanço do processo de romanização da igreja católica na região de Joaçaba-SC durante as décadas de 1920 a 1980. *Semina*, Passo Fundo, v. 17, n. 2, p. 302-319, 2018.

RODRIGUES, Roberto C. *A atuação de Dom Daniel Hostin no processo de recatolização no Vale do Rio do Peixe*. 2020. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

RÖWER, Basílio. *Os franciscanos no Sul do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1944.

RUBERT, Arlindo. Os bispos do Brasil no Concílio Vaticano I (1869-1870). *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 29, n. 1, p. 103-120, 1969.

SANTOS, Jailton L. V. *Igreja católica e ditadura militar em Florianópolis (1964-1985)*. 2019. Monografia (Graduação em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SCHWADE, Elisete. *A luta não faz parte da vida... e a vida: o projeto político-religioso de um assentamento no Oeste catarinense*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul*. 2003. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SEIDL, Ernesto. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 263-290, 2009.

SELL, Carlos E. *ONGs: trabalho de base ou formação de redes? Um olhar sobre o Cedep*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.



SERPA, Élio C. Bispos: elites dirigentes e catolicismo popular em Santa Catarina. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 69-84, 1993.

SERPA, Élio C. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1997.

SILVA GOMES, E. O inconstitucional como *modus operandi*: A expansão da hierarquia eclesiológica durante a Primeira República. *Revista Pluri*, Tatuapé, v. 1, n. 1, p. 103-116, 2018.

SILVA, Claiton M. Da “luta pela terra” à “luta pela terra”: romarias, mudança climática e a apropriação simbólica da Guerra do Contestado (Santa Catarina, Brasil). *Revista Inclusiones*, v. 5, número especial, p. 202-213, 2018.

SILVA, Tiago A. *A práxis política da Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC (1970 e 1980)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

SILVA, Tiago A. Dom José Gomes e a metodologia popular dos Grupos de Reflexão na diocese de Chapecó-SC. *Revista Teopraxis*, Passo Fundo, v. 39, n. 133, p. 50-60, 2022.

SILVA, Victória G. *Juventude operária católica em Santa Catarina (1948-1970): trajetória, memórias e experiências*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SORATTO, Delotilde C. F. *Poderes locais e a implantação da diocese de Tubarão (1940-1960)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SOUZA, E. F. A ditadura militar e os religiosos que mudaram de lado. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 14, n. 42, p. 87-108, 2021.

SOUZA, Rogério L. *Construção de uma ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.



SOUZA, Rogerio L. *Domus dei et porta coeli: educação, controle, construção do corpo e da alma... O Seminário de Azambuja entre as décadas de 1960 e 1980*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SOUZA, Rogério L.; CAMPIGOTO, José A.; FABRÍCIO, Edison L. O laicato na emergência do Regional Sul IV da CNBB: da centralidade à colegialidade eclesial em tempos de ditadura (1969-1975). *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 11-44, 2019.

SOUZA, Rogério L.; OTTO, Clárcia (org.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

SPIESS, Marcos A. A crise das vocações pós-Vaticano II: reflexões a partir da reprodução social do clero catarinense. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 41-57, 2016.

TEDESCO, Adayr M.; DIEL, Paulo F. A igreja na região do Grande Oeste até a criação das dioceses de Palmas e Chapecó. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 65-94, 2007.

TIENGO PONTES, Gustavo. As correspondências de dom Afonso Niehues no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis: notas de pesquisa. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 12, n. 1-2, p. 21-36, 2018.

TOMAZI, Gilberto; CASARA, João C. (org.). *Diocese de Caçador: memórias jubilares*. Passo Fundo: Berthier, 2019.

UCZAI, Pedro (org.). *Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo*. Chapecó: Argos, 2002.

VASSORT-ROUSSET, Brigitte. *Les évêques de France en politique*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.

VICENTE, Vilmar A. *Dom Afonso Niehues: pastor da vinha do Senhor*. Florianópolis: Ioesc, 1990.

VICENTE, Vilmar A. O pensamento social de dom Afonso Niehues. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 99-114, 2014.

VIEIRA, Paulo L. M. Dom Afonso Niehues. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 50-52, 1993.



WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. *In*: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais.)

WEBER, Normelio P. *Pastoral da Juventude em Santa Catarina e a gestação de militantes do movimento popular*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990.

WIGGERS, Andréas. A Igreja no planalto catarinense. *Revista Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p.105-120, 2007.